

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministérios correm ao Congresso para recompor cortes no Orçamento de 23 - COLUNA DO ESTADÃO	3
---	---

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma prevê padronização de processo e multa menor	6
--	---

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio de R\$ 600 e desonerações vão elevar dívida, diz IFI	7
--	---

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Varejo tem surpresa negativa e registra queda generalizada	8
--	---

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Novo plano impulsiona previdência fechada	9
---	---

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

PSI: uma conta para não ser esquecida - CRISTIANO ROMERO	10
--	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prioridade é reduzir imposto	11
------------------------------	----

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como medir, aumentar e premiar a produtividade na economia brasileira?	12
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro e Lula têm propostas de impostos mais injustas, diz estudo	16
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Educação é prioridade para empresários, indica CNI	18
--	----

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI aponta que 56% dos empresários indicam a reforma tributária como prioridade para novo governo	19
---	----

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não investir em ciência é investir em pobreza (Artigo)	21
--	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Charles 3º receberá fortuna de herança livre de impostos	24
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A demolição da política externa brasileira (Artigo).....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
UE quer levantar 140 bi taxando lucro extra do setor de energia.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado de olho nos juros dos EUA.....	29
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA/NACIONAL ECONOMIA	
Brasil é o penúltimo no ranking de aposentadoria.....	30
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS ECONOMIA	
A mancha da fome sobre o mapa de Minas.....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Governo vai elevar para 2,7% projeção de alta do PIB em 2022.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Produtividade do trabalho segue em queda no 2º tri.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Cenário internacional impulsiona intercâmbio do Brasil com vizinhos - COMÉRCIO EM PAUTA	36
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Para OCDE, país tem de abrir tecnologia da informação.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
Retração mundial realça debilidades do Brasil.....	38

Ministérios correm ao Congresso para recompor cortes no Orçamento de 23 - COLUNA DO ESTADÃO



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Foi dada a largada nos ministérios à operação de contenção de danos nos cortes em programas do governo em 2023, a exemplo do Farmácia Popular e

do Casa Verde Amarela, revelados pelo Estadão. Desenvolvimento Regional, Agricultura e a Secretaria da **Receita Federal** já mandaram representantes para conversar com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento. Um desses funcionários se queixou de que os programas foram cortados sem consulta prévia às pastas, o que não é praxe. Os cortes foram feitos na Casa Civil e só poderão ser recompostos, segundo a Economia, caso a área política do governo autorize a poda do orçamento secreto, o que enfrentaria obstáculos políticos e operacionais.

COMPLEXO. Ainda que Paulo Guedes envie uma modificação do Orçamento, como promete, não poderia zerar as emendas de relator (orçamento secreto), porque elas estão previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, sancionada por Bolsonaro.

Caso prevaleça a ideia, seria preciso alterar também essa lei.

I PÊNDULO. Guedes defendeu o veto ao orçamento secreto, como em 2020 e 2021. Foi vencido pela equipe política liderada por Ciro Nogueira (Casa Civil) e que está colada em Jair Bolsonaro.

I APOIO. Pesquisa que a CNI divulga nesta quinta (15) com 1.001 industriais mostra que as reformas administrativa e tributária têm o apoio de 97% deles, disparado as ações com maior aprovação. Privatização da Caixa e do BB, por seu turno, tem aceitação de 57% e 59%, respectivamente.

O programa de Bolsonaro para taxistas e motoristas de caminhão, menos: 42%.

I DOEU. Antes confiantes na passagem ao 2.º turno, aliados de Tarcísio de Freitas (Republicanos) dizem que a agressão à jornalista Vera Magalhães desestabilizou a campanha. Além de abrir novo flanco, o incidente reacendeu críticas do bolsonarismo raiz ao ex-ministro a menos de 20 dias da votação.

I SÓ EU. Influenciadores bolsonaristas como Leandro Ruschel, Bernardo Küster e Adrilles Jorge criticaram publicamente Tarcísio por condenar o agressor.

Membros da campanha de Tarcísio minimizam o impacto eleitoral das críticas e dizem que o eleitor bolsonarista não tem outra alternativa de voto.

I NÃO VI. Já a campanha de Jair Bolsonaro fez o possível para se distanciar. O presidente tenta diminuir a resistência entre as mulheres.

Bolsonaristas dizem que "o problema não é nacional", mas de Tarcísio e, no máximo, de Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

I CUMPRA-SE. Candidatos no Paraná pelo PL, partido de Bolsonaro, ingressaram na Justiça contra a sigla cobrando o repasse do fundo eleitoral. Eles alegam que, sendo mulheres e negros, têm direito a receber valores equivalentes de candidatos brancos. Enquanto receberam entre R\$ 20.000 e R\$ 50.000, deputados brancos que buscam a reeleição receberam R\$ 1,5 milhão.

I CUMPRA-SE 2. Na ação, os candidatos pedem o bloqueio de R\$ 2 milhões da conta do PL até que a norma do TSE seja cumprida.

Procurada, a direção do partido não se pronunciou.

PRONTO, FALEI!

Alexandre Padilha Deputado federal (PT-SP) "Espero que a desculpa do Eduardo seja ouvida pelo Jair Bolsonaro", disse, sobre post de Eduardo Bolsonaro condenando agressão de deputado contra Vera Magalhães.

CLICK Geraldo Alckmin Candidato a vice de Lula (PT) Em viagem que fez a Minas, sem a companhia de Lula, participou da campanha do candidato a governador Alexandre Kalil (PSD) e fez até um L com as mãos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Coluna do Estadão

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



**Tarcísio de Freitas
(Republicanos),**
candidato ao governo de SP

Reforma prevê padronização de processo e muito menor

Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330

Auxílio de R\$ 600 e desonerações vão elevar dívida, diz IFI

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Varejo tem surpresa negativa e registra queda generalizada

Lucianne Carneiro e Marcelo Osakabe Do Rio e de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Novo plano impulsiona previdência fechada

Sérgio Tauhata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330

PSI: uma conta para não ser esquecida - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Prioridade é reduzir imposto

Raphael Felice

A maioria dos empresários brasileiros acredita que, para estimular a geração de empregos, a medida mais importante a ser adotada no Brasil nos próximos quatro anos é a **Reforma Tributária**. Essa é a conclusão de pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com donos de empresas de pequeno, médio e grande porte. O levantamento ouviu 1.001 executivos entre os dias 10 e 24 de agosto.

Os empresários consideram o modelo tributário brasileiro "complexo e ineficiente" e responsável por frear o crescimento da economia brasileira. Além do entendimento de que uma **Reforma Tributária** é necessária - essa é a opinião de 56% dos entrevistados -, os empresários responderam que os altos **tributos** e a baixa qualificação profissional dificultam a ampliação de oportunidades de trabalho.

"O complexo e oneroso sistema de cobrança de **impostos** do país inibe a produção de todos os setores econômicos e dificulta a geração de empregos e de renda para os brasileiros. A **Reforma Tributária** é fundamental para acelerar o ritmo de crescimento da economia e, por isso, deve ser uma prioridade para o próximo governo", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Ao responder à pergunta sobre o que o próximo governo deveria fazer para gerar empregos, cada entrevistado devia escolher duas ações. A **Reforma Tributária** foi a mais apontada, tanto como primeira quanto como segunda medida mais importante, sendo citada por mais da metade dos empresários ouvidos. O mesmo modelo de pesquisa foi usado para analisar outras áreas de atuação.

A pesquisa encomendada pela CNI apontou como relevante para a geração de empregos a liberação de crédito para as empresas investirem e/ou expandirem a sua capacidade produtiva (29%) e realizar novos aperfeiçoamentos na legislação trabalhista (25%). Os percentuais são o somatório total de entrevistados que citaram a medida como primeira e segunda mais importante.

Os donos de empresas elegeram, ainda, como prioridade a redução de **impostos** (41%) e a **reforma tributária** (23%) e as linhas de crédito facilitadas (17%).

Além de questões relacionadas ao empresariado, os entrevistados opinaram sobre mais gerais, como o foco do presidente eleito nos próximos quatro anos. Mais de um terço dos empresários respondeu que a educação deve ser o foco do próximo governo (34%), seguida de saúde pública (26%) e crescimento econômico (20%).

A respeito dos setores que apresentaram avanço nos últimos anos, a maioria respondeu "nada ou nenhum" (17%), seguido de agronegócio (16%), infraestrutura (12%) e economia (12%). Responderam "outros" aspectos 34% dos empresários.

Ainda na avaliação dos empresários, as áreas que mais pioraram nos últimos quatro anos foram educação (22%) e saúde (21%), seguido da **inflação** (9%).

Apesar dos problemas elencados, a maioria do empresariado está esperançosa com os rumos da economia. Segundo o levantamento, 77% dos entrevistados estão otimistas quanto ao futuro da indústria. Sobre a economia do país, 69% disseram que deve melhorar um pouco ou muito nos próximos quatro anos.

Impacto do Custo Brasil

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) calcula que o Custo Brasil encarece os produtos industriais nacionais 25,4%, na média. Segundo o estudo, a tributação é o item que, isoladamente, teve o maior impacto na elevação dos preços dos bens - em torno de 13%. Na sequência, os juros aparecem como o segundo fator de maior impacto na elevação dos preços dos bens industriais, com peso de 6,1%. As entidades sustentam que apenas a adoção de um imposto único (IVA), com a diminuição de gastos com burocracia, teria potencial de baixar o Custo Brasil com **tributos** de 13% para 4,9%.

Como medir, aumentar e premiar a produtividade na economia brasileira?

Há décadas a economia brasileira enfrenta dificuldades para crescer de forma sustentada.

Não à toa, a metáfora "voo de galinha" parece se encaixar perfeitamente para definir o desempenho econômico do Brasil ao longo do tempo. Para sair da "armadilha da renda média" - como economistas chamam a dificuldade de uma nação seguir avançando após chegar à metade do processo de desenvolvimento econômico -, será preciso aumentar a produtividade.

Num dos cálculos mais utilizados por economistas, a "produtividade do trabalho" é medida pelo valor agregado total das atividades econômicas no Produto Interno Bruto (**PIB**) dividido pelo total de horas trabalhadas por todos os empregados, formais e informais. Dessa forma, aumentar a produtividade significa fazer mais com menos.

O Estadão destacou o jornalista Vinicius Neder para produzir esta reportagem que objetiva detalhar a importância de o Brasil aumentar a sua produtividade no próximo governo, seja quem for o eleito em outubro.

Afinal, a trajetória da produtividade se confunde com o desenvolvimento econômico.

Os países ricos, com os maiores PIBs per capita, atingiram essa condição com ganhos de produtividade - os mesmos países também figuram no grupo dos mais produtivos, com algumas poucas trocas de posição.

O campeão da produtividade em 2021 foi Luxemburgo, conforme cálculos da entidade empresarial americana The Conference Board. O pequeno reino de 650 mil habitantes, localizado entre a Bélgica, a França e a Alemanha, cuja economia é forte nos serviços financeiros e tecnológicos, tem também o maior **PIB** per capita do mundo, segundo o FMI.

No ranking da produtividade de 2021, o Brasil está na posição 77, entre 131 países. O País vem logo após a Albânia e à frente do Sri Lanka. Como o tamanho da população conta muito no cálculo, a China está atrás (no 83.º lugar), mas o gigante asiático vem numa frenética corrida de recuperação. Em 2021, a produtividade da economia chinesa foi 31,2 vezes

maior do que em 1970, ainda conforme o The Conference Board.

O Brasil, por sua vez, parece ter desistido da corrida de recuperação para alcançar os países desenvolvidos. No mesmo período, a produtividade da economia brasileira cresceu 4,2 vezes.

Os dados nacionais confirmam a perda de fôlego. A produtividade do trabalho cresceu apenas 1% ao ano, na média, de 1995 a 2021, mostram cálculos do Observatório da Produtividade Régis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), coordenado pelo economista Fernando Veloso.

A produtividade depende de vários fatores. Geralmente, as economias mais produtivas, e, portanto, mais ricas, adotam as mais modernas tecnologias, têm um bom ambiente de negócios (com burocracia eficiente, segurança jurídica e bom funcionamento do governo), possuem boa infraestrutura (capacidade suficiente de geração de eletricidade, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, telefonia e acesso à internet de qualidade) e se destacam pela alta qualificação da mão de obra.

Por trás do pífio avanço da produtividade no Brasil nas últimas décadas, estão justamente a infraestrutura precária, a insegurança jurídica para a realização de negócios, o caótico sistema tributário, a atrofia da disponibilidade de crédito, a relativamente baixa penetração de importados no mercado doméstico e a baixa qualidade da formação da maioria dos trabalhadores. Todos esses obstáculos geram custos desnecessários, inimigos da produtividade, afinal, fazer "mais com menos" também significa gerar o maior valor possível com o menor custo possível.

Portanto, elevar a produtividade passa por reformas para vencer os obstáculos, mas não há bala de prata, dizem esses economistas. Algumas reformas levam tempo para mostrar resultados - uma melhoria estrutural na formação dos trabalhadores pode levar uma geração.

Por outro lado, outras medidas podem apresentar resultados mais rapidamente. A infraestrutura nacional está tão precária que incrementos de curto prazo podem destravar logo o crescimento econômico.

O sistema tributário é tão caótico que ajustes pontuais já poderiam fomentar os negócios.

Em documento que reúne 62 propostas em diferentes temas, a Federação das Indústrias do Rio (Firjan) estima que os ganhos de produtividade associados às sugestões poderiam gerar US\$ 1,040 trilhão a mais no **PIB** brasileiro no acumulado dos próximos cinco anos.

"Crescer por meio de acúmulo de fatores de produção tem limitações óbvias. Dada uma quantidade de insumos, trabalho, capital e capital humano, resta combiná-los de maneira a produzir mais. Aumentos de produtividade são manifestações da utilização de maneira mais efetiva dos fatores", diz Vinicius Carrasco, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e diretor da companhia de máquinas de cartões Stone.

TRIBUTOS. Um dos mais conhecidos levantamentos sobre ambiente de negócios, o relatório "Doing Business", do Banco Mundial, sempre deixou o Brasil mal na foto. Embora o levantamento tenha sido descontinuado, em 2021, por causa de problemas na metodologia, olhando apenas para o quesito "pagamentos de **tributos**", no relatório de 2020, o Brasil ficou na posição 184, de 190 países.

O destaque absoluto no mau desempenho é o tempo gasto pelas empresas para cumprir obrigações tributárias, no qual o Brasil é campeão, com 1.501 horas por ano.

"O sistema, na prática, se tornou muito complexo. E a complexidade gera um custo econômico para a sociedade.

Se gera um custo, gera ineficiência e acaba reduzindo a produtividade. Por que a complexidade gera custo? São várias frentes. Primeiro, as empresas têm que manter escritórios de contabilidade muito maiores do que poderiam não ter se o sistema fosse mais simples.

Segundo, o sistema complexo abre muita margem para oportunidades de corrupção, tanto no setor privado quanto no público", afirma Bráulio Borges, economista sênior da consultoria LCA Consultores.

Por isso, uma reforma que tornasse o sistema tributário mais simples, mesmo que não reduza a carga de **impostos**, já impulsionaria o crescimento econômico.

Em 2020, Borges elaborou um estudo sobre o efeito econômico da **reforma tributária** da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita no Congresso Nacional, para o Centro de Cidadania

Fiscal (CCiF), que trabalhou no desenho sugerido. A conclusão é de que a reforma resultaria em um aumento de 20,2% no potencial de crescimento do **PIB** em 15 anos. Outro estudo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estimou que a unificação dos **tributos** federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo faria o **PIB** crescer, no acumulado até 2033, 5,42% a mais do que cresceria sem a reforma.

Segundo Borges, o caos tributário também incentiva as empresas a optar por soluções menos eficientes, com o objetivo de pagar menos **impostos**.

No setor da construção civil, por exemplo, a empresa paga menos se misturar o concreto dentro do canteiro de obras, em vez de comprar peças pré-moldadas, produtos sobre os quais o tributo é mais elevado.

O uso de pré-moldados é mais eficiente, aceleraria a obra e poderia reduzir custos de produção, mas o sistema tributário distorce a decisão da empresa.

O mesmo ocorre com a "guerra fiscal" entre os Estados, lembra Borges. A redução ou isenção pontual de um tributo por um Estado pode definir a decisão de uma empresa sobre a localização de uma nova fábrica ou centro de distribuição, mesmo que o local esteja afastado do mercado consumidor e fique longe da infraestrutura de transportes. Isso elevará o custo logístico para a empresa, atrapalhando a produtividade, afinal, o valor agregado pela atividade será menor, por causa dos gastos de produção.

"Quem disse que é eficiente produzir na Zona Franca de Manaus?

O centro consumidor de boa parte desses bens está no Centro-Sul do País. Acabamos gerando um custo de logística enorme", diz Borges.

INFRAESTRUTURA. As más condições de estradas, a falta de ferrovias e a má qualidade de portos e aeroportos também elevam os custos com logística. O gasto total com esse item no Brasil ficou em 13% do **PIB** em 2021, conforme estimativa da consultoria Ilos. Países continentais enfrentam particularidades nessa área, mas, nos Estados Unidos, o custo foi de 8,0% do **PIB** em 2021, segundo dados do Conselho de Profissionais de Gestão da Cadeia de Suprimentos (CSCMP, na sigla em inglês), citados pela Ilos. O problema é que o Brasil investe pouco em infraestrutura. Conforme estimativas da Inter.B Consultoria, os aportes neste ano deverão ficar em 1,55% do **PIB**, quando deveriam estar na casa dos 4%.

Quanto melhor a infraestrutura do País, maior a

produtividade de sua economia, e essa relação se dá de formas diretas e indiretas. Os custos - gerados não apenas pelo pagamento do serviço, mas também por demoras no transporte, paradas de produção desnecessárias, entre outros tipos de perdas - estão entre as formas diretas, pois eles acabam reduzindo o valor agregado pelas atividades. Na relação indireta, a má infraestrutura atrapalha outros fatores - um sistema de transporte público ruim deixa trabalhadores cansados, enquanto a falta de saneamento básico aumenta a incidência de doenças e, portanto, de faltas ao trabalho.

CRÉDITO. Os juros estratosféricos cobrados nos empréstimos são outro obstáculo para a produtividade, diz Vinicius Carrasco. Um sistema bancário e um mercado financeiro pujantes servem como motor para ganhos de produtividade, já que, em condições normais, os financiadores buscam os projetos mais produtivos, atrás de maiores retornos com os menores riscos. No Brasil, historicamente, uma série de problemas inibe essa função do sistema bancário e do mercado financeiro, diz Carrasco.

Um dos problemas é a dificuldade para um financiador executar uma garantia. Seja por causa da legislação, seja por causa do entendimento predominante do Judiciário nas decisões sobre o tema, se um banco encontra dificuldades para executar uma garantia quando o tomador do financiamento não paga, o risco de emprestar é maior. Portanto, a tendência é de que o juro cobrado na operação também seja maior, para compensar o risco.

Outro entrave é a falta de informações sobre históricos de pagamentos, com o objetivo de distinguir "maus pagadores" de "bons pagadores".

"Risco institucional exige um prêmio, uma compensação.

E essa compensação é um custo que o prestador tem que não é margem dele, é só compensação por algo que ele está se deparando e vê como ameaçador em relação ao repagamento do crédito que concedeu.

Não gera nenhum benefício para o financiador, mas pune um potencial tomador, porque aumenta a taxa de juros, simplesmente, por um prêmio que não tem a ver com o projeto em si, tem a ver com o ambiente de negócios do Brasil", explica Carrasco, ponderando que, nos últimos anos, "tem havido melhorias institucionais", especialmente pela ação do Banco Central.

Subsídios de crédito também podem atrapalhar a produtividade - embora economistas de formação desenvolvimentista ponderem que eles podem ser

necessários quando os juros de mercado são muito elevados. Para Carrasco, juros artificialmente baixos podem fomentar investimentos menos produtivos, apenas por causa do custo de crédito menor.

Carrasco foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no governo Michel **Temer**, e foi um dos mentores da mudança na taxa de juros de fomento, que eliminou subsídios.

"Se temos um balcão com acesso a crédito barato, subsidiado, não tem motivo para alguém tomar alternativas. Então, bons projetos também foram financiados com taxas subsidiadas, numa transferência da sociedade para os acionistas desses projetos. Mais do que isso, inibimos o desenvolvimento do mercado de capitais e do mercado de crédito livre.

Isso é uma draga de produtividade", diz Carrasco.

ESCOLARIDADE. A má qualidade da educação pública, e seu efeito na formação da mão de obra, é frequentemente apontada como "calcanhar de Aquiles" da economia brasileira, um dos obstáculos que impedem os ganhos de produtividade de puxar o crescimento econômico.

A formação dos trabalhadores é importante para a produtividade porque, para fazer mais com menos, é preciso utilizar máquinas e equipamentos de alta tecnologia e executar processos produtivos mais eficientes, frequentemente mais complexos. O trabalhador precisa ser capaz de aprender a operar o maquinário e a executar os processos.

Na matemática fria, dado um determinado valor agregado por uma atividade econômica, quanto menos trabalhadores ou menos horas de trabalho forem empregados em sua produção, maior será o indicador de produtividade. Só que o processo de desenvolvimento bem-sucedido não se dá com a simples substituição de trabalhadores, mas sim com a geração de empregos por uma quantidade maior de empresas muito produtivas. Para isso dar certo, os trabalhadores precisam estar preparados.

Especialistas em educação destacam que, nas últimas décadas, o Brasil aumentou a escolaridade da população, em termos quantitativos, mas, em termos qualitativos, os estudantes aprendem pouco, conforme indicadores como o Pisa, um dos mais utilizados globalmente.

Com baixa qualificação, a maioria dos trabalhadores acaba aceitando vagas de emprego de menor qualidade, que pagam menos - quando não acabam trabalhando na informalidade, condição de cerca de

40% dos empregados no País. Há indícios de que a informalidade do trabalho já atrapalha a produtividade.

Ninguém duvida que educação é importante para o desenvolvimento, tanto que, nos discursos e em programas de governo, políticos e candidatos sempre dão prioridade à área.

Difícil é colocar as propostas em prática. Essa dificuldade é frequentemente associada, também por especialistas, ao fato de que os resultados só vêm no longo prazo, enquanto governantes pensam no curto prazo, querem colher frutos no período de seus mandatos.

Segundo levantamento da LCA Consultores, feito pelo economista Bruno Imaizumi com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), do IBGE, no primeiro trimestre de 2020, 8,5% das crianças de 8 anos não sabiam ler nem escrever.

No segundo trimestre deste ano, a proporção estava em 20,4%. Caso não recupere rapidamente o tempo perdido na alfabetização dessas crianças, o País poderá enfrentar mais dificuldades de elevar a produtividade quando elas forem entrar no mercado de trabalho

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro e Lula têm propostas de impostos mais injustas, diz estudo

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O movimento suprapartidário "Pra Ser Justo" fez um mapeamento dos programas de governo e das falas dos quatro presidentes mais bem pontuados nas pesquisas sob a ótica de uma **reforma tributária** sobre o consumo e avaliou que Simone Tebet (MDB) é quem traz a proposta mais completa e justa para os mais pobres, seguida de Ciro Gomes (PDT) e, depois, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A de Jair Bolsonaro (PL) é considerada pelo estudo a mais injusta.

O grupo reúne entidades, instituições, empresários, empreendedores, especialistas e acadêmicos.

Inclui Endeavor, CDPP, CLP e Destrava Brasil, entidades da sociedade civil empenhadas na reformulação do sistema tributário brasileiro. Defende uma reforma dos **impostos** mais simples e com justiça social: ricos pagam mais, pobres pagam menos.

O movimento analisou as propostas usando como referência sete princípios mínimos defendidos pelo movimento para uma boa reforma: unificação dos **tributos** federais, estaduais e municipais num Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de base ampla, adoção de crédito financeiro, princípio de cobrança no destino (onde a mercadoria é consumida em vez de onde é fabricada), existência mínima de benefícios fiscais (como isenções e subsídios) e menos alíquotas, além da devolução dos **tributos** para pessoas de menor renda e manutenção da carga tributária global atual, ou seja, sem aumento de **impostos**.

DESIGUALDADES. Líder e porta-voz do "Pra Ser Justo", Renata Mendes diz que a prioridade do governo eleito deveria ser uma **reforma tributária** que reduza as desigualdades sociais e econômicas. Por isso, o foco na reforma dos **tributos** cobrados sobre o consumo (bens e serviços).

Eles representam 44% de tudo que é arrecadado no País, e sua cobrança é considerada injusta e complexa. Para a população mais pobre, essa tributação onera 26% do orçamento familiar, enquanto, para os mais ricos, apenas 10%. Para as empresas, é considerada a mais burocrática e cara do mundo, entre 141 países. "Nosso papel não é partidário, é o de trazer uma discussão qualificada e bem mais acessível a todos", diz Renata. O movimento apresentou as

sugestões para cada um dos presidentes.

Gerente do "Pra Ser Justo", Marina Thiago destaca que Simone Tebet é a candidata até agora que mais traz o tema da **reforma tributária** com profundidade ao explicar os seus planos de governo, enquanto Bolsonaro está no lado oposto. A fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, também foi monitorada. Guedes tem feito mais menção à reforma de tributação da renda associada ao financiamento do Auxílio Brasil.

Para o movimento, o programa e as falas de Lula e a sua equipe indicam a intenção de debater a reforma, mas os posicionamentos de Lula indicariam que esse ponto pode ter prioridade menor do que outros temas tributários, como o Imposto de Renda. Por outro lado, o movimento considera positivo que membros da campanha, como Wellington Dias e Aloizio Mercadante, mencionem a PEC 110, proposta de reforma ampla no Senado, como ponto de partida para as discussões em 2023.

A análise

O que mapeou o "Pra ser Justo"

Simone Tebet (MDB) O programa propõe uma ampla **reforma tributária** e afirma a intenção de reavaliar os benefícios fiscais, com metas anuais de redução. Menciona uma reforma no Imposto de Renda (IR), com a intenção de combater a desigualdade. Em seus posicionamentos, Simone Tebet e a coordenadora econômica do programa, Elena Landau, prometem implementar a **reforma tributária** nos primeiros seis meses de 2023. Além disso, o programa e os posicionamentos da candidata estão em linha com a sua trajetória, que é majoritariamente favorável à reforma.

Foi uma das signatárias da PEC 110 e, como presidente da CCJ, cobrou compromisso do governo com a agenda.

Ciro Gomes (PDT)

O programa propõe uma ampla **reforma tributária** sobre o consumo. Afirma a intenção de reavaliar os benefícios fiscais, com reduções no primeiro ano de governo, e menciona mudanças em outras bases, como a tributação de lucros e dividendos no IR e a

implementação do imposto sobre grandes fortunas. Em seus posicionamentos, Ciro Gomes mencionou a **reforma tributária** sobre o consumo e o IVA. Apesar de destacar essa intenção, ele alega haver grandes resistências por parte dos entes federativos mais ricos, o que demandaria mais articulação durante o seu governo.

Lula (PT)

O programa propõe uma ampla **reforma tributária** e menciona a intenção de uma reforma do IR para corrigir as desigualdades.

Em suas falas, Lula menciona a **reforma tributária** sobre o consumo, mas relembra os desafios políticos enfrentados no Congresso com as duas propostas que enviou, em 2003 e 2008.

Também mencionou a intenção de propor novamente uma rodada de negociações. Apesar dos posicionamentos favoráveis, em reunião na Fiesp, o candidato mencionou a possibilidade de propor mudanças menores por meio de um fatiamento da reforma. O programa e as falas de Lula e sua equipe indicam a intenção de debater a **reforma tributária**. Porém, ainda é sucinto em relação à tributação do consumo, não havendo menção ao IVA. Os posicionamentos também indicam que esse ponto pode ter uma prioridade menor que outros temas tributários durante o governo, como o IR.

Jair Bolsonaro (PL)

O programa menciona a intenção de realizar reformas estruturantes para garantir emprego e renda, simplificar a legislação e reduzir a carga tributária. Mas o programa e as falas de Bolsonaro e sua equipe ainda não incluem explicitamente a intenção de uma **reforma tributária** ampla sobre o consumo, que implemente um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), modelo adotado em 170 países e que é recomendado pela OCDE.

A única proposta com maior detalhamento é a correção na tabela do IR para isentar quem recebe até cinco salários mínimos, em referência ao projeto de lei 2.337, de 2021, em tramitação - embora esse projeto proponha atualmente isentar as rendas a partir de R\$ 2,5 mil mensais.

Em discursos este ano, tanto Bolsonaro quanto Guedes têm mencionado a intenção de diminuir **tributos** da folha de pagamentos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Educação é prioridade para empresários, indica CNI

Rafael Bitencourt De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

CNI aponta que 56% dos empresários indicam a reforma tributária como prioridade para novo governo

Por Geralda Docca - Brasília

Se no atual governo a reforma da Previdência foi a prioridade, o próximo terá que concentrar esforços para aprovar no Congresso Nacional a **reforma tributária**. Essa é a visão dos empresários brasileiros, segundo uma pesquisa inédita da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O tema é defendido por 56% executivos do ramo industrial entrevistados pelo Instituto FSB Pesquisas.

O Instituto ouviu um universo de mil empresários de empresas de pequeno, médio e grande porte em todos os estados, entre os dias 10 e 24 de agosto.

- A **reforma tributária** já era citada em outras pesquisas, mas hoje ela aparece entre as prioridades para o setor industrial. Quando a gente faz pergunta para as empresas sobre os principais problemas, a questão tributária aparece como o principal problema ao impor uma série de custos - disse Marcelo Azevedo, gerente de análise econômica da CNI.

Complexo e ineficiente, o sistema tributário foi apontado como um dos principais obstáculos ao crescimento do país. A reforma foi o tema mais lembrado quando a pergunta era sobre o que precisa ser feito pelo presidente eleito para gerar empregos, reduzir e simplificar **impostos** e melhorar a competitividade dos produtos nacionais. Na opinião de 48% dos empresários, também é preciso reduzir os **impostos** sobre a folha de pagamento.

Outro tema relevante apontado pelos empresários foi a educação. Para um em cada três executivos ouvidos, a área deve ser foco de atuação do presidente que sair vencedor das urnas, antes mesmo do crescimento da economia. Para 35% dos entrevistados, a geração de empregos depende do fortalecimento da capacitação dos trabalhadores.

De acordo com a pesquisa, para 22% dos entrevistados, a educação aparece em primeiro lugar entre as áreas que mais pioraram no atual governo. Em segundo lugar aparece saúde pública, seguida pela alta da **inflação**. Já entre as áreas que mais avançaram estão o agronegócio e a infraestrutura.

Os empresários apontam a necessidade de investir na formação de professores e no ensino técnico e profissionalizante, sem descuidar do ensino médio. Para 35% dos entrevistados, a geração de empregos depende do fortalecimento da capacitação dos trabalhadores.

- Os empresários entendem que falta mais esforço do governo na educação básica e no ensino técnico e profissionalizante. Com a adoção de novas tecnologias, as próprias empresas fazem o treinamento dos trabalhadores, mas fica mais difícil e oneroso caso falte também um ensino básico de qualidade - destacou Azevedo.

A segurança pública também aparece com destaque no resultado da pesquisa. Para os empresários, o governo deve aumentar o efetivo de policiais, investir em equipamentos, aumentar salários da categoria, evitar que quem cometa crime fique pouco tempo na prisão, além de reformular o código penal.

Para estimular a economia, o setor produtivo indica necessidade de ampliar o acesso ao crédito, reverter a trajetória de alta dos juros e aprovar novas mudanças na legislação trabalhista.

Quase metade dos entrevistados (48%) considera a situação da economia brasileira como ótima ou boa. Do total, 35% avaliaram a economia como regular e 17%, ruim ou péssima. Um percentual relevante dos executivos também acredita que é preciso controlar os gastos públicos (24%), combater a **inflação** (23%), gerar empregos (23%) e reduzir as taxas de juros (17%).

Em relação ao futuro do país, a expectativa é positiva: sete em cada dez empresários estão otimistas ou muito otimistas. Um percentual ainda maior (77%) está otimista quanto ao futuro da indústria brasileira. Sobre a economia do país, 69% disseram que deve melhorar um pouco ou muito nos próximos quatro anos.

- Isso é importante porque sem esse otimismo os empresários dificilmente vão tomar a decisão de aumentar a produção, contratar e investir - concluiu

Azevedo.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/cni-aponta-que-56percent-dos-empresarios-indicam-a-reforma-tributaria-como-prioridade-para-novo-governo.ghtml>

Não investir em ciência é investir em pobreza (Artigo)

Renato de Mendonça

É quase imperceptível a velocidade com que as coisas se transformam. Uma pessoa, séculos atrás, praticamente nascia e morria no mesmo mundo. Hoje, mudanças significativas ocorrem rapidamente. A modernização e inovação são puxadas pelas descobertas da ciência. Do acordar com o smartphone e beber um cafezinho, é tudo ciência. O smartphone é composto de uma rede de semicondutores e o café é proveniente de plantas cuidadosamente selecionadas. Boa parte da ciência envolvida é desconhecida da sociedade, a qual usufrui de estudos de anos e décadas. Acontece que essa ciência despercebida no dia a dia constitui um patrimônio de uma nação e uma de suas fontes de riqueza.

Produtos, técnicas e processos empregados hoje são resultados de sucessivas pesquisas do passado. Os novos conhecimentos científicos geram tecnologias que ao ser introduzidas no mercado criam produtos que levam a benefícios econômicos. Atualmente, existem produtos diversos que são frutos de experimentos e conhecimentos acumulados em uma ou mais áreas da ciência. A energia elétrica que chega às residências é resultado do trabalho de muitos operários. Mas é também um produto acabado, proveniente das descobertas de Hans C. Oersted (1777-1851), o qual observou a capacidade que a corrente elétrica em um fio tem de criar um campo magnético. Uma descoberta realizada em um pequeno laboratório que hoje possibilita a existência de usinas hidrelétricas e termelétricas, as quais são capazes de gerar **impostos**, empregos e bem-estar.

Infelizmente, o Brasil tem histórico de perdas de oportunidades tecnológicas. Entre tantas pesquisas, no contexto da floresta amazônica, o potencial da borracha foi encontrado pelo europeu ao observar indígenas empregando a seiva da seringueira na confecção de bolas e utensílios. Rapidamente, a extração do látex se tornou acelerador econômico da Região Norte do país no século 19. Mas, apesar da importância, o apogeu econômico da borracha no Brasil durou pouco, a seringueira foi adaptada pelos ingleses nas suas colônias na Ásia. Enquanto no Brasil a coleta da seiva era realizada em seringueiras na floresta, na Ásia, as coletas eram feitas em florestas de seringueiras que contavam com um ambiente livre das pragas naturais existentes na

Amazônia. Ainda hoje, a borracha natural é uma matéria-prima de produtos como pneus e luvas, e acredite, o Brasil a importa. É considerada material estratégico no último relatório da Comissão Científica do Parlamento Europeu, e material importante na economia de países como Malásia e Indonésia.

Diferentemente do que ocorreu com a borracha, o café fez a rota contrária. Proveniente da África, o café foi principalmente adaptado em terras de Minas Gerais e Espírito Santo. Com muita pesquisa, o país consegue se manter como o maior produtor mundial de café. Conforme a Web of Science, o Brasil é um dos países que mais publicam sobre o tema. E esses estudos, muitos deles realizados em universidades públicas como as de Lavras e Viçosa, apoiam a formação de profissionais especializados e constituem um acervo de conhecimento sobre o café. Eles compõem tópicos como fertilizantes mais adequados, pragas e sustentabilidade. Pesquisas que mostram como o conhecimento científico pode diminuir perdas, aumentar lucros e criar riquezas.

Apesar da complexidade do tema - afinal, ciência é mais que geração de benefícios econômicos -, não existe muito segredo. Países como os Estados Unidos e Israel apostam na pesquisa como um caminho para um futuro promissor. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os EUA investiram em 2020 cerca de 600 bilhões de dólares em pesquisa e inovação. Em 2022, só a Nasa teve um orçamento de US\$ 7,9 bilhões. Para se ter uma ideia, neste ano, uma das principais fontes de financiamento da pesquisa no Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações teve um orçamento em torno de US\$ 2,9 bilhões.

Fato é que a realidade brasileira tem muitas urgências, tais como saúde e educação, porém os investimentos em ciência e tecnologia podem ser considerados relativamente baixos para um país que deseja e precisa de crescimento. Resultados de pesquisas constituem um patrimônio imaterial gerador de riquezas. Portanto, esse tema necessita entrar no debate eleitoral de 2022. Não investir em ciência, ou retirar os financiamentos dela, é um desinvestimento em um futuro mais competitivo, sem inovações. Não investir em ciência e tecnologia é como investir na pobreza a longo prazo, na dependência de tecnologia de quem investe. Oportunidades de novos produtos,

metodologias, empregos e **impostos** são perdidas.

Renato de Mendonça. Bacharel em física e doutor em engenharia pela Ufop, especialista em história da ciência pela UFMG

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/09/2022/p1>



Charles 3º receberá fortuna de herança livre de impostos



Euan Ward e Jane Bradley

Charles 3º construiu o próprio império muito antes de herdar o de sua mãe. O novo rei, que ascendeu formalmente ao trono britânico no sábado (10), passou meio século transformando seu patrimônio em um portfólio de bilhões de dólares e um dos mais lucrativos da empresa da família real.

Enquanto sua mãe, a rainha Elizabeth 2ª, delegava em grande parte a responsabilidade por seu portfólio, Charles estava muito mais profundamente envolvido no desenvolvimento da propriedade privada conhecida como Ducado da Cornualha. Na última década, ele montou uma grande equipe de gerentes profissionais que aumentaram o valor e os lucros de seu portfólio em cerca de 50%.

Hoje, o Ducado da Cornualha possui o campo de críquete The Oval, terras agrícolas exuberantes no sul da Inglaterra, imóveis de aluguel à beira-mar, escritórios em Londres e um depósito de supermercado suburbano. (Um ducado é um território tradicionalmente governado por um duque ou uma duquesa.) A carteira de imóveis de 52,6 mil hectares é quase do tamanho de Chicago e gera milhões de dólares por ano em aluguéis.

As participações do conglomerado estão avaliadas em cerca de US\$ 1,4 bilhão, em comparação com cerca de US\$ 949 milhões no portfólio privado da falecida rainha. Os dois fundos representam uma pequena fração da fortuna estimada em US\$ 28 bilhões (R\$ 144,7 bilhões) da família real -que ainda tem riquezas pessoais que permanecem um segredo bem guardado.

Como rei, Charles assumirá o patrimônio de sua mãe e herdará parte dessa fortuna pessoal incalculável. Enquanto cidadãos britânicos normalmente pagam cerca de 40% de imposto sobre heranças, Charles fica isento dele e passará o controle de seu ducado ao filho mais velho, William.

O crescimento dos cofres da família real e da riqueza pessoal de Charles na última década se deu num momento em que a Grã-Bretanha enfrentava profundos cortes orçamentários. Os níveis de pobreza dispararam e o uso de bancos de alimentos pelos mais pobres quase duplicou.

O estilo de vida do novo rei há muito alimenta acusações de que ele está fora de contato com as pessoas comuns. E ele tem sido o símbolo inconsciente dessa desconexão -como quando sua limusine foi assediada por estudantes que protestavam contra o aumento das mensalidades em 2010 ou quando ele se empoleirou num trono dourado neste ano para prometer ajuda a famílias em dificuldades.

Hoje, ele ascende ao trono enquanto o Reino Unido sofre uma crise de custo de vida que deve agravar a pobreza. Figura mais polarizadora que a mãe, Charles provavelmente dará uma nova energia àqueles que questionam a relevância de uma família real num momento de dificuldades públicas.

Laura Clancy, autora de "Running the Family Firm: How the Monarchy Manages Its Image and Our Money" (dirigindo a empresa da família: como a monarquia administra sua imagem e nosso dinheiro), diz que Charles transformou contas reais antes adormecidas.

"O ducado vem fazendo negócios constantemente. É administrado como uma empresa, com um CEO e mais de 150 funcionários." O que costumava ser considerado "um monte de terra da aristocracia fundiária" hoje funciona como uma corporação.

O Ducado da Cornualha foi estabelecido no século 14 como forma de gerar renda para o herdeiro do trono e basicamente financiou as despesas privadas e oficiais de Charles. Um exemplo de seu poder financeiro: o lucro de US\$ 28 milhões (quase R\$ 145 milhões) do ano passado superou seu salário oficial de príncipe - pouco mais de US\$ 1,1 milhão (R\$ 5,7 milhões).

Classificar os bens da família real é complicado, mas a fortuna geralmente se divide em quatro grupos. O primeiro e mais importante é o Crown Estate, que administra os bens da monarquia por meio de um conselho. Charles, como rei, atuará como seu presidente, mas ele não tem a palavra final.

O patrimônio, cujo valor oficial é de mais de US\$ 19 bilhões (R\$ 99 bilhões), inclui shopping centers, ruas movimentadas no West End de Londres e um número crescente de parques eólicos. A realeza tem o direito de receber apenas a renda dos imóveis oficiais e não pode lucrar com nenhuma venda, pois não é pessoalmente proprietária dos ativos.

Os lucros das propriedades, avaliados em US\$ 363 milhões (R\$ 1,87 bilhão), são entregues ao Tesouro, que em troca dá à família real um pagamento chamado subsídio soberano -que deve ser complementado pelo governo se for menor que o do ano anterior. Em 2017, o governo aumentou o pagamento da família para 25% dos lucros para cobrir os custos da reforma do Palácio de Buckingham.

O último subsídio soberano foi de cerca de US\$ 100 milhões, que a família, incluindo Charles, usou para deveres oficiais da realeza, como visitas, folha de pagamentos e manutenção doméstica. Isso não cobre os custos de segurança, que também são pagos pelo governo, mas mantidos em segredo.

O próximo grande pote de dinheiro é o Ducado de Lancaster, portfólio de US\$ 949 milhões (R\$ 5 bilhões) pertencente a quem estiver no trono.

O valor é ofuscado pelo Ducado da Cornualha, que Charles presidiu por muito tempo como príncipe. Com dezenas de milhões de dólares por ano, o ducado financiou seus gastos privados e oficiais e sustentou o herdeiro do trono, William, e sua mulher, Kate -e o fez sem pagar **impostos** corporativos, como têm de fazer as empresas no Reino Unido, e sem publicar detalhes sobre onde a propriedade investe seu dinheiro.

Em 2017, o vazamento conhecido como Paradise Papers revelou que a propriedade do ducado de Charles investiu milhões em empresas offshore, incluindo uma registrada nas Bermudas e administrada por um de seus melhores amigos.

A última reserva de dinheiro, e a mais secreta, é a fortuna privada da família. De acordo com um catálogo anual publicado pelo jornal The Sunday Times, a rainha tinha um patrimônio líquido de US\$ 430 milhões (R\$ 2,2 bilhões), incluindo bens pessoais, como o Castelo de Balmoral e a propriedade Sandringham, que ela herdou do pai. Grande parte de sua riqueza

pessoal foi mantida em sigilo.

Charles também ganhou manchetes financeiras não relacionadas à sua riqueza, mas à fundação beneficente que ele preside e opera. Entre as controvérsias da administração, a mais recente se deu quando The Sunday Times informou que Charles havia aceitado 3 milhões de euros (R\$ 15,5 milhões) em dinheiro -incluindo em sacolas e numa mala -de um ex-primeiro-ministro do Qatar.

A verba, de toda forma, foi para a fundação, que financia causas filantrópicas em todo o mundo; Charles não se beneficia financeiramente das doações.

"Ele aceita receber dinheiro de qualquer pessoa, na verdade, sem questionar se é a coisa sensata a fazer", diz Norman Baker, ex-secretário do governo. Ele descreve Charles como membro mais progressista e atencioso da família real, mas conta que também apresentou uma queixa judicial acusando-o de vender títulos honoríficos indevidamente.

"Isso não é maneira de um membro da realeza se comportar", diz, referindo-se à divulgação da notícia de que Charles teria concedido o título de cavaleiro e a cidadania britânica a um empresário saudita em troca de doações. O agora rei negou saber disso, um de seus assessores renunciou e as autoridades começaram a investigar o caso.

Clancy diz que Charles 3º, em teoria, deveria abandonar seus lobbies e empreendimentos comerciais. "Se isso vai acontecer é outra questão."

Sítio:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50035>

A demolição da política externa brasileira (Artigo)

Sergio Amaral

O Itamaraty é uma das instituições mais respeitadas do serviço público brasileiro.

Seus funcionários são, via de regra, competentes. O concurso de ingresso é rigoroso, a formação e o aperfeiçoamento dos diplomatas estendem-se ao longo de toda uma carreira.

Seu compromisso com o País é inquestionável.

Não obstante, a política externa foi um dos desastres do governo de Jair Bolsonaro. De início, o presidente seguiu, em suas linhas básicas, a política externa de Donald Trump, que isolou os Estados Unidos do mundo e fez adversários em todas as partes, inclusive na Europa, onde os Estados Unidos sempre mantiveram alianças estreitas e amigos fiéis. Combateu a ordem mundial concebida e implantada por iniciativa dos Estados Unidos nas conferências de São Francisco e de Bretton Woods, logo após o término da Segunda Guerra Mundial.

As confusas e obscuras visões de mundo de Ernesto Araújo, o primeiro chanceler de Bolsonaro, inspiraram-se nas exóticas teses de Steve Bannon, o influente guru e "estrategista" de Trump, que chegou a criar um "movimento" nacional populista na Europa, com sede no mosteiro medieval de Trisulti, na Itália. Seu objetivo era o de abrigar uma escola para a formação dos cruzados do século 21. Ali eles seriam adestrados para defender os valores da cultura judaico-cristã contra as ameaças dos infiéis e do materialismo ateu. Os alunos do Instituto Rio Branco foram convocados para assistir a palestras nas quais ouviram, perplexos, uma doutrinação em defesa dos valores do cristianismo medieval. Não chegaram a realizar o seu treinamento em Trisulti, mas no auditório do Instituto Rio Branco, em Brasília.

Influenciado por essas visões insólitas, também compartilhadas por membros do gabinete da Presidência da República, o governo Bolsonaro iniciou uma meticulosa demolição de algumas de nossas mais respeitadas tradições diplomáticas.

O alvo privilegiado, como também o era para Trump, foi a ONU, particularmente o Conselho dos Direitos Humanos e a Organização Mundial da Saúde. O

multilateralismo passou, então, a ser considerado uma ameaça aos interesses brasileiros.

Na mesma linha, o Mercosul, que já foi um dos pilares de nossa diplomacia, sob Bolsonaro foi condenado ao descaso.

Foi acusado por não ter alcançado a união **aduaneira**, nem mesmo o livre-comércio, o que é em parte verdade, sem lembrar que muitos dos que faziam a crítica são os mesmos que se haviam oposto a uma desgravação mais ampla. E não reconhecem tampouco a contribuição valiosa da harmonização do marco regulatório, nos mais diferentes setores, para a circulação mais desimpedida dos bens e capitais, ciência e tecnologia, transporte e serviços de infraestrutura, cultura e turismo, entre outros.

Nessas condições, o Mercosul ficou praticamente restrito a uma discussão ociosa entre Brasil e Argentina sobre o grau de redução da Tarifa Externa Comum, como se dois ou três pontos percentuais, para cima ou para baixo, pudessem fazer a diferença para atingir um patamar mais elevado de integração entre os membros do acordo regional.

Enquanto isso, as reais questões sobre a reforma do Mercosul, a dinamização do comércio, a ampliação ou a expansão em direção à Aliança do Pacífico, ou mesmo em direção à Parceria Transpacífica, passaram para o segundo plano, pois não é possível avançar numa agenda regional, complexa e desafiadora sem o engajamento ativo dos chefes de Estado.

Outra iniciativa de que o Brasil havia participado e mesmo liderado, o acordo Mercosul- União Europeia, está paralisada diante das ofensas pessoais de Bolsonaro à esposa do presidente da França, um episódio sem precedentes na história da diplomacia brasileira.

A recusa em não ratificar o acordo, da parte de outros países europeus, deveu-se ao descumprimento pelo Brasil de seus compromissos com a redução do desmatamento na Amazônia.

Por fim, vale relembrar os ruídos, senão hostilidades, em relação aos dois mais importantes parceiros econômicos do Brasil. A China, em razão das

hostilidades gratuitas a membros de sua Embaixada em Brasília. Os Estados Unidos, pela embaraçosa, mas deliberada demora no reconhecimento da vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais norte-americanas.

Na iminência de concluir-se o governo do presidente Bolsonaro, resta uma indagação central: o que o Brasil ganhou com esta série de desfeitas e equívocos gratuitos de seu governo, inclusive em relação aos mais importantes parceiros do País? Os riscos e custos são conhecidos: o isolamento internacional do Brasil; a perda de sua liderança, inclusive em nossa própria região; e a criação, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de um comitê especial para investigar a progressão do desflorestamento na Amazônia, cujos resultados serão levados em conta na aprovação ou não do pedido de adesão do Brasil ao organismo, por exemplo.

A política externa está entre os setores que o próximo governo, qualquer que seja, terá de mudar substancialmente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

UE quer levantar 140 bi taxando lucro extra do setor de energia

*Kim Mackrael, Paul Hannon e Matthew Dalton Dow
Jones Newswires, de Bruxelas*

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Mercado de olho nos juros dos EUA



ROSANA HESSEL

Depois de escorregar 2,3% na véspera, acompanhando o clima de tensão nos mercados internacionais com a surpresa da **inflação** dos Estados Unidos, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) oscilou nos campos positivo e negativo, ontem, mas fechou novamente no vermelho. O Ibovespa, principal indicador da B3, encerrou o dia escorregando 0,22%, a 110.546 pontos.

As bolsas europeias e asiáticas fecharam com quedas de até 2,87%, e, em Nova York, o Índice Dow Jones andou de lado, com variação positiva de 0,1%. Já a Nasdaq, a bolsa das empresas de tecnologia, que havia desabado 5,16% na véspera, avançou 0,74% ontem.

"A B3 teve um pregão morno, digerindo a forte queda do dia anterior", resumiu Marcelo Boragini, especialista em renda variável da Davos Investimentos, em referência à **inflação** nos EUA, que subiu 8,3% no acumulado em 12 meses até agosto, acima dos 8% esperados pelo mercado.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, lembrou que o recuo de 0,8% das vendas do varejo, em julho, também ajudou a azedar o humor dos operadores. Uma das maiores quedas na B3 foi a das ações da rede varejista Magazine Luiza, que caiu 4,89%.

"O mercado apenas sofreu um pequeno ajuste, mas os riscos aumentaram, com a confirmação de que a **inflação** nos EUA continua espalhada na economia", alertou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust. Segundo ele, diante da perspectiva de alta de juros nos EUA, o resultado das empresas com dívidas bancárias tende a piorar, agravado pela desaceleração da economia global, principalmente na Europa, que caminha para a estagnação.

Dólar

De acordo com analistas, a tendência é de muita volatilidade até a próxima semana, quando haverá reunião dos comitês de política monetária dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos.

Diante da expectativa de aumento dos juros norte-americanos, analistas acreditam que o dólar deve se valorizar. Ontem, a divisa fechou o dia em queda, mas insuficiente para reverter a disparada de 1,77% da véspera. O dólar comercial encerrou o pregão cotado a R\$ 5,178 para a venda, com recuo de 0,18%.

Para Eduardo Velho, a desvalorização foi pontual e não muda a tendência de que a moeda norte-americana continuará forte. "A situação é de um cenário onde o dólar vai forçar uma desvalorização das moedas emergentes e haverá menos fluxo de capital, porque os investidores do mercado acionário tendem a reduzir suas posições. Vai ser um desafio para países como o Brasil, porque será preciso manter os juros elevados para se proteger", alertou.

Brasil é o penúltimo no ranking de aposentadoria

Cristiane Gercina

O Brasil é o penúltimo colocado em ranking global de aposentadoria com 44 países, à frente apenas da Índia, segundo levantamento da Natixis Investment Managers. O estudo leva em consideração quatro pontos principais para definir onde o aposentado vive melhor: saúde, finanças, qualidade de vida e bem-estar. O Índice Global de Aposentadoria Natixis começou a ser feito em 2012 e engloba os países com economia desenvolvida e os que fazem parte dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Segundo o estudo, em 2022, a crescente **inflação** é o que contribui para a má qualidade de vida dos aposentados, seguida pela alta de petróleo, alimentos e habitação, que têm corroído o poder de compra dos mais velhos.

O país que lidera o ranking é a Noruega, seguido por Suíça e Islândia. Três países da América Latina estão melhor colocados: Colômbia, México e Chile. Todos eles, porém, com baixo índice de bem-estar na aposentadoria, abaixo de 40%. No caso do Brasil, o índice é de 4%. Por outro lado, o Brasil ocupa o primeiro lugar em taxas de juros e o quinto em dependência dos aposentados de serviços públicos na velhice.

O relatório aponta que a **inflação** em alta deve ser um foco de preocupação para os futuros aposentados, que vão precisar se organizar financeiramente ainda mais, buscando investimentos que garantam qualidade de vida. Para Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), o estudo demonstra a defasagem do valor do benefício previdenciário no Brasil, apesar da correção anual com base na **inflação**. "O benefício está sendo corroído pela **inflação**, pelos índices inflacionários mais altos a cada ano, ficando cada vez mais defasado. É triste ver o Brasil no 43º lugar num ranking de 44 países", diz ela.

Análise feita pelo IBDP, no entanto, aponta que a situação poderia ser pior para o país caso não tivéssemos passado por dificuldades que alguns estão enfrentando somente agora. "Importante ressaltar que o Brasil é um dos países que mais lidam bem com impactos inflacionários, por todas as experiências terríveis vividas no passado, em especial na década de 1980 até meados da década de 1990", diz.

Para Emerson Costa Lemes, diretor editorial do IBDP, há pontos estudados no ranking que não afetam de forma tão direta os brasileiros, como a alta nas taxas de juros, que impacta países onde há capitalização na Previdência. Segundo ele, o que "derruba" o Brasil na lista é desigualdade de renda. "O estudo abrange apenas grandes economias. Países menos ricos não fazem parte da lista. Então, considerando os 195 países existentes atualmente, estar em 43º lugar não é a pior posição do mundo; por outro lado, estar atrás de Chile, México e Colômbia é, sim, bem triste."

ENDIVIDAMENTO Tonia Galetti, coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados (Sindnapi), afirma que, atualmente, os aposentados brasileiros estão vivendo com muito mais dificuldades. "Está tudo muito caro, e as pessoas da família hoje precisam mais da ajuda dos aposentados do que já precisaram. Então, o que já era pouco fica ainda menor. Esses números só revelam o que as pessoas já vivem e sabem no seu dia a dia", diz. Ela aponta ainda o endividamento da população em geral, especialmente dos mais idosos, como outro fator que impede uma boa qualidade de vida na aposentadoria, e sem perspectiva de melhoras no curto prazo. "A gente tem visto também um alto número de aposentados endividados com itens básicos de sobrevivência."

Em nota sobre o Índice Global de Aposentadoria, desenvolvido pela Natixis Investment Managers e pela Core Data Research, a empresa afirma que o objetivo é "examinar os fatores que impulsionam a segurança da aposentadoria e fornecer uma ferramenta de comparação para as melhores práticas na política de aposentadoria". Segundo a empresa, os dados apresentados têm como base a opinião dos pesquisados e, com isso, podem sofrer alterações de acordo com o mercado e outras condições. "Não deve ser interpretado como aconselhamento de investimento", diz.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/09/2022/p1>

A mancha da fome sobre o mapa de Minas



Evailton Pereira, que vive com a companheira no Complexo da Lagoinha, em BH, mostra latas vazias: solidariedade diminui e a necessidade aumenta



Está tudo muito caro. Já fiquei 15 dias sem gás. Ou comprava o gás ou o arroz com feijão”

■ Vanessa Cristina Oliveira da Silva, que vive no Bairro Granja de Freitas com o marido e dois filhos

Maicon Costa

Mais da metade dos mineiros convivem com algum nível de insegurança alimentar, enquanto 8,2% deles, quase 2 milhões de pessoas, enfrentam sua forma mais grave: a fome. É o que apontam dados do 2º Vigisan -Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, coletados entre novembro de 2021 e abril deste ano. O levantamento, encomendado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) divulgou ontem a realidade dos estados em relação às dificuldades de nutrição (veja gráfico).

Na pesquisa, o déficit de alimentação é classificado em dois outros níveis, além do grave. A insegurança alimentar moderada se refere à restrição de acesso aos alimentos em qualidade e quantidade suficientes,

e atinge 16% da população mineira, segundo o estudo, pouco acima da média nacional. A forma considerada leve afeta famílias que enfrentam instabilidade no acesso à nutrição e se preocupam com a falta dela em futuro próximo, condição que o trabalho associa a 28,3% dos moradores do estado, praticamente o mesmo índice do país. Somadas, as três classificações chegam a 52,5% da população de Minas Gerais.

A preocupação com o que colocar na mesa é bem conhecida pela autônoma Vanessa Cristina Oliveira da Silva, de 40 anos, que mora com o marido e dois filhos no Bairro Granja de Freitas, na Região Leste de Belo Horizonte, e afirmou conviver com o problema desde o início da pandemia. "Até então, eu que estava sustentando a casa. Sou pensionista, faço bico na padaria. Mas a situação apertou demais, e eu estava vivendo de doações. Está tudo muito caro. Já fiquei 15 dias sem gás. Ou comprava o gás ou o arroz com feijão."

Uma líder comunitária do Granja de Freitas, que preferiu não se identificar, relacionou a insegurança alimentar na comunidade a outros problemas sociais, como desemprego, evasão escolar e criminalidade. Desde o início da pandemia, ela faz um trabalho de combate à fome entre os moradores. "Atendemos de 100 a 200 famílias, mas no pós-pandemia as doações caíram a nível zero. Estão passando muita dificuldade", disse ela.

"A taxa de desemprego é muito alta, as pessoas procuram emprego e não acham, ou acham pedindo ensino médio completo", relata. Ela cita o exemplo de mãe solo com mais de 40 anos, que tem dificuldade de voltar para a escola. "Ela não consegue estudar e nem emprego. Os filhos crescem vendo a mãe passando dificuldade. O risco de esses jovens entrarem na criminalidade é muito alto, por isso é importante ter projetos e investimento nas comunidades", alerta.

SUMIÇO DE DOAÇÕES Evailton Pereira, que vive em situação de rua com a companheira no entorno do complexo de viadutos da Lagoinha, acesso à Região Central de Belo Horizonte, conta que as únicas refeições que faz atualmente são provenientes de doações feitas por projetos sociais. Mas admite que elas não são diárias. Quando a solidariedade falha, o casal passa fome. "Agora, a situação piorou ainda mais do que antes da pandemia", constata.

Ronaldo Lima, que vive nos arredores da Praça da

Estação, no Centro de BH, afirmou que só as marmitas que recebe diariamente e o apoio do Restaurante Popular, que vende alimentos a preços baixos, evitam que passe fome. Mas também constata que o número de voluntários diminuiu após as restrições mais severas da crise sanitária. "Antes, chegava a ter até desperdício", afirma.

Professor vê causas econômicas e sociais

Para o professor titular de sociologia Jorge Alexandre Neves, da Universidade Federal de Minas Gerais, alguns fatores explicam a escalada do fantasma da fome no Brasil. "O primeiro é a **inflação** dos alimentos, extremamente alta para a população. O segundo é a forte precarização do mercado de trabalho: temos de um lado o crescimento elevado e acelerado do mercado informal e do outro a precarização do mercado formal, a partir das sucessivas reformas trabalhistas que temos tido no Brasil", avalia.

Outros motivos, na visão do especialista, são o desmonte de políticas sociais, a desestruturação dos estoques reguladores de alimentos e a estagnação dos aumentos reais do salário mínimo, que é referência para todo o mercado de trabalho e pode elevar a estrutura salarial do setor formal, com influência sobre os ganhos dos informais. "São fatores que explicam muito bem o problema no qual chegamos, esse trauma do aumento da fome e da insegurança alimentar de forma ampla no Brasil."

O professor frisa que as regiões mais afetadas pelo problema em Minas Gerais são as mais pobres. "Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do Rio Doce e o Norte são as principais regiões que sofrem com isso. Onde há mais pobreza, há mais fome".

FALTA DE ALIMENTOS CHEGA ATÉ O CAMPO

O engenheiro-agrônomo Rodrigo Pires Vieira, agente da Cáritas Brasileira/Regional Minas Gerais, constata que a insegurança alimentar não atinge os lares apenas diretamente na nutrição, mas também em outros aspectos. "Toda essa carestia dos alimentos e da gasolina dificulta o acesso das pessoas à alimentação. Na Cáritas, a gente nem trabalhava mais a questão da cesta básica, mas tivemos que retomar isso. Estamos vendo uma consequência de aumento na mortalidade infantil, no grau de desnutrição, no aumento da violência com pequenos roubos. São consequências de falta de políticas de alimentação", acredita o representante da entidade, que congrega organizações humanitárias da Igreja Católica.

"A fome chegou até a roça, situação também causada por questões climáticas. No Jequitinhonha e Norte de Minas, chove na hora errada, às vezes com muitas

chuvas, com situação de calamidade pública nessas regiões mais pobres, levando moradores a perderem suas plantações", afirma. "Antes, tínhamos política de construção de cisternas, que levava água de qualidade às famílias do semiárido mineiro. Agora, essa política foi trocada pelo caminhão-pipa, com água de pouca qualidade, famílias tendo que andar até cinco quilômetros para pegar água, o que aumenta a desnutrição", afirma.

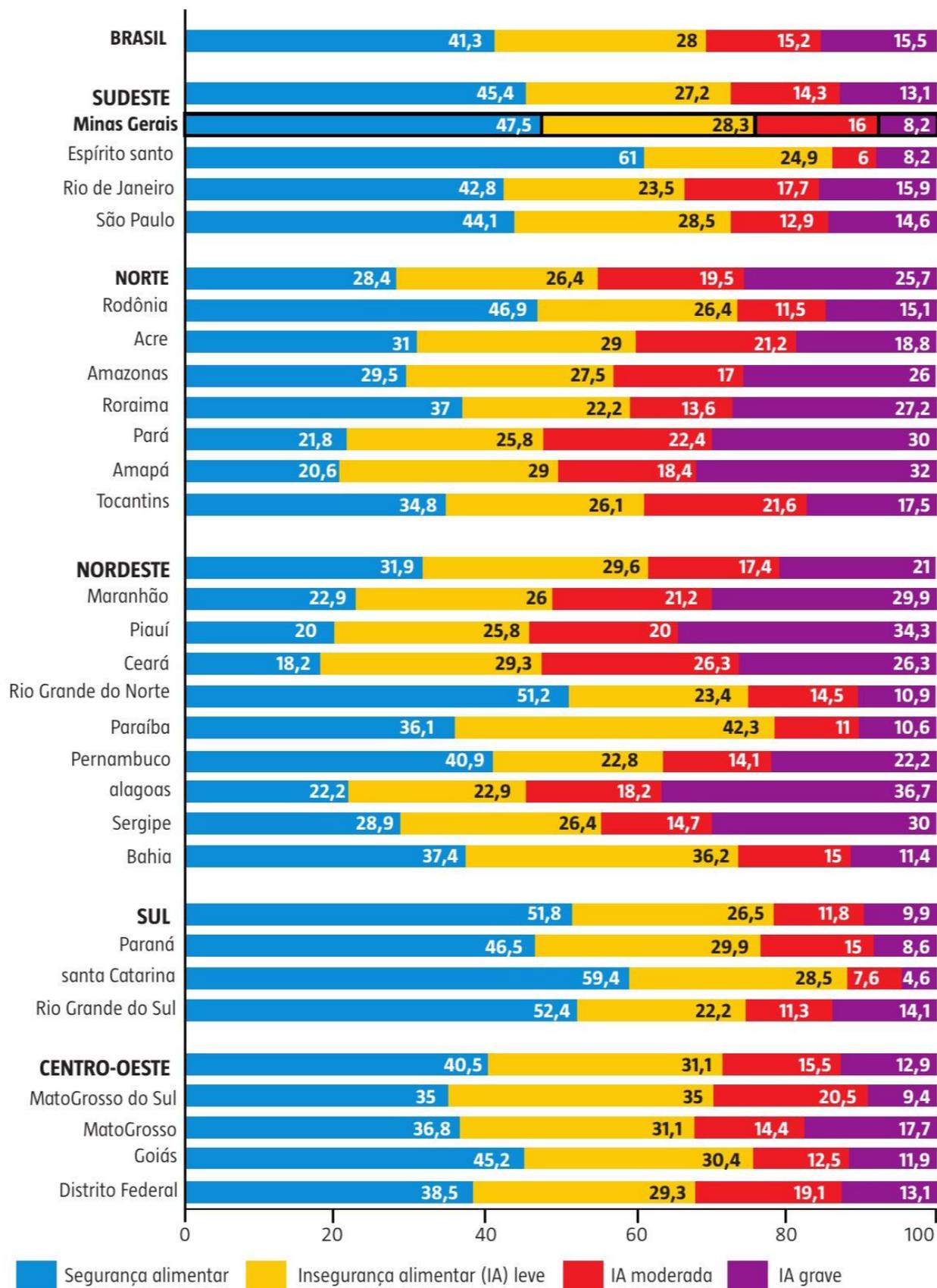
POLÍTICAS Questionado sobre os números relativos à nutrição em Minas, o governo estadual informou que executa projetos de apoio imediato aos municípios e investe em ações para assegurar a efetividade das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar. Entre elas, cita o apoio aos bancos de alimentos municipais e ações de assistência social permanentes e excepcionais, como as adotadas durante a pandemia e situações de emergência e calamidade, a exemplo das provocadas pelas enchentes da última estação chuvosa.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/09/2022/p1>

O TAMANHO DO DESAFIO

Confira os percentuais de segurança ou insegurança alimentar no Brasil e em cada estado



Governo vai elevar para 2,7% projeção de alta do PIB em 2022

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

O Ministério da Economia vai elevar a projeção oficial de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022 de 2% para 2,7%, de acordo com pessoas do governo ouvidas pela Folha. Para 2023, a estimativa deve ser mantida em alta de 2,5%.

O anúncio será feito nesta quinta-feira (15) -a menos de 20 dias do primeiro turno das eleições presidenciais-, na atualização dos números que embasam o relatório bimestral de receitas e despesas, cuja formulação é exigida pela legislação.

O potencial crescimento do **PIB** neste ano tem sido usado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) em tom de campanha em eventos com empresários. Reiteradas vezes, o chefe da pasta econômica disse que o Brasil "está condenado a crescer" e que o mercado financeiro tem subestimado o potencial do país.

Nesta quarta (14), em evento no Rio, Guedes voltou a dizer que a economia pode crescer perto de 3% neste ano. "O que era uma previsão otimista para o ano inteiro, que era crescer 2%, já foi superada em seis meses", exaltou o ministro em outro evento no início de setembro.

O maior otimismo do governo tem encontrado eco nas projeções dos economistas do setor privado -embora em menor grau. Segundo o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na última segunda-feira (12), o consenso do mercado para a atividade subiu de 2,26% para 2,39% -a 11ª revisão positiva consecutiva na pesquisa.

A projeção de 2,7% do governo vem na esteira do avanço do **PIB** no segundo trimestre, que foi impactado principalmente pelo setor de serviços e mostrou alta de 1,2% -percentual que surpreendeu positivamente os analistas.

Nos cálculos da SPE (Secretaria de Política Econômica), só o resultado da atividade econômica no primeiro semestre já seria suficiente para garantir um crescimento de 2,4% em 2022, devido ao chamado carregamento estatístico. Trata-se do impacto positivo do desempenho de um período sobre os seguintes, assumindo que não haja avanço ou recessão no

período subsequente.

Em coletiva no início do mês para comentar o resultado do **PIB** no segundo trimestre, o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri, antecipou que a estimativa do **PIB** seria revisada para cima pelo governo. "[O cálculo de] 2% já está datado, só o carregamento já está em 2,4%, e a gente não acha que o Brasil vai parar de crescer", disse.

No evento desta quarta, Guedes chegou a falar em uma herança dos trimestres anteriores de 2,6%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50035>

Produtividade do trabalho segue em queda no 2º tri

Anais Fernandes e Sérgio Lamucci De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Cenário internacional impulsiona intercâmbio do Brasil com vizinhos - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Para OCDE, país tem de abrir tecnologia da informação

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330?page=1§ion=1

Retração mundial realça debilidades do Brasil

Marlene Jaggi Para o Valor, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187330